



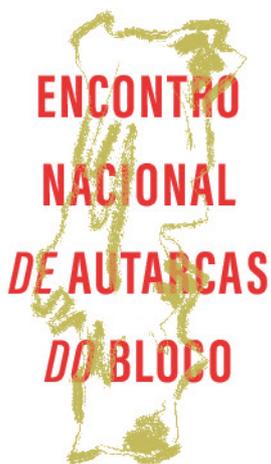
ENCONTRO NACIONAL DE AUTARCAS *DO BLOCO*

A CAMINHO DE UM MANIFESTO AUTÁRQUICO 2025

Texto base para discussão
e contributos

**6 OUTUBRO
COIMBRA**





6 OUTUBRO
COIMBRA

1. INTRODUÇÃO

O Bloco de Esquerda tem-se afirmado, através dos seus autarcas e ativistas locais, como uma força central na mobilização dos movimentos sociais e na defesa das causas que fazem a diferença na vida das pessoas. Desde o direito à habitação, à proteção do ambiente, passando pela mobilidade, o combate à pobreza, ou a defesa da cultura, o Bloco tem lutado de forma coerente para que as autarquias sejam mais do que instrumentos de gestão e representem espaços de transformação política e social.

Num contexto de desafios locais cada vez mais complexos, todas e todos somos convocadas para o combate por respostas claras à esquerda, com programas que vão ao encontro das necessidades concretas que identificamos e mapeamos, tanto nas áreas urbanas densamente povoadas como nas regiões de baixa densidade, afetadas pela desertificação e abandono.

A par do mapa autárquico que tão bem conhecemos - polarizado entre direita e centro - não podemos descurar os avanços do projeto autoritário e ultraconservador da extrema-direita, hoje expresso através da sua presença parlamentar, mas também no avanço de ideias racistas, xenófobas, transfóbicas e machistas que ganham forma nas ruas dos nossos territórios.

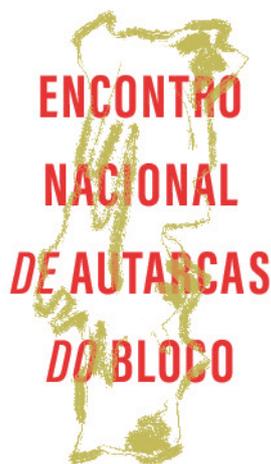
As autarquias, como primeiro ponto de contacto entre Estado e cidadãos, nunca foram tão relevantes. As políticas locais têm um impacto direto nas condições de vida das pessoas, desde o acesso à habitação até à qualidade dos serviços públicos, passando pela gestão dos espaços públicos e das redes de transporte. É, por isso, fundamental que o Bloco de Esquerda desenvolva, para cada território, com ou sem representação nos órgãos autárquicos, programas que combinem o reforço dos direitos com a preservação do ambiente, capazes de enfrentar as ameaças crescentes colocadas pelas alterações climáticas e pela pressão sobre os recursos naturais.

À medida que nos aproximamos das eleições autárquicas de 2025, o Bloco de Esquerda assume a responsabilidade de preparar um caminho que mobilize amplos setores da sociedade, construindo alianças à esquerda capazes de romper com o ciclo neoliberal que tem dominado a política local e que tem perpetuado desigualdades sociais, a mercantilização dos bens públicos e a especulação imobiliária.

Este Encontro Nacional surge como um momento central para partilhar experiências de representação do Bloco nestes espaços e de ativismo enraizado, dando início ao debate programático que nos conduzirá a um manifesto autárquico para 2025, delineando estratégias que respondam aos desafios atuais.

Ainda que desta feita com enfoque nas políticas de habitação, na mobilidade e nas lutas pelo clima, o compromisso do Bloco com uma transformação autárquica não se esgota aí. O processo de descentralização de competências - da lavra do Partido Socialista e apoiado pelo Partido Social Democrata - que transferiu para as autarquias responsabilidades em áreas que dizem respeito às funções sociais do Estado como a Ação Social, a Educação, a Saúde e a Cultura foi desastrado e desastroso.





6 OUTUBRO
COIMBRA

Por isso estamos no campo oposto, na defesa de uma governação autárquica que garanta direitos sociais, promova a igualdade, o acesso universal à educação, o reforço dos cuidados de saúde e o apoio à cultura, O Bloco pretende assim consolidar políticas locais que devolvam às pessoas o controlo sobre as suas vidas e territórios, através de uma gestão participativa, inclusiva e transparente.

2. CONSTRUIR CIDADES PARA TODA A GENTE: HABITAÇÃO É UM DIREITO

Em Portugal, trabalhar não significa conseguir pagar uma casa e a habitação tornou-se o principal fator de empobrecimento para uma grande parte das famílias.

A escalada histórica dos preços da habitação foi potenciada, primeiro, pelo período de taxas de juro historicamente baixas que tornaram o imobiliário num ativo atrativo pela sua rentabilidade e, depois, pelo processo inflacionista, que aumentam os custos do endividamento. Isto deve-se em parte ao contexto internacional, no entanto há medidas que explicam a gravidade da situação em Portugal.

A Direita e o PS criaram e aplicaram um conjunto de medidas que resultaram na aquisição de milhares de casas por parte de especuladores imobiliários, retirando a possibilidade a milhares de famílias, sem o mesmo poder de compra, de habitarem essas mesmas casas. A criação do regime de Vistos Gold, Benefícios Fiscais, a desregulação do Alojamento Local ou o licenciamento desenfreado de hotéis, fizeram parte desse caminho de especulação imobiliária e criação de turismo desenfreado.

Os municípios não estão isentos de responsabilidade neste processo. Tendo instrumentos para regular alguns destes fenómenos, como o Alojamento Local, a maior parte dos executivos optou pela desregulação imobiliária, favorecendo os interesses turísticos em vez dos seus municípios.

Como se todas estas medidas não fossem suficientes, a Direita junta-se aos especuladores, defendendo que o problema dos preços da habitação é a falta de construção privada.

O maior problema da habitação em Portugal é a quase inexistência de um parque público habitacional, a par da especulação, que a nível municipal, como temos visto, está por vezes associada a negócios muito pouco transparentes. A existência de casas públicas, ainda mais neste contexto, é fundamental, porque possibilita aos municípios viver em casas a preços que podem pagar, e ao mesmo tempo condiciona o preço do mercado privado.

Há muito que o diagnóstico está feito. O Bloco de Esquerda tem como principal tarefa exigir aos executivos municipais, no que lhes compete, medidas que revertam esta situação de catástrofe.

Entre elas estão as que o Bloco tem vindo a apresentar e que se mostram fundamentais, como: a definição de uma quota de 25% da nova construção





6 OUTUBRO
COIMBRA

para habitação acessível; construção pública de novos alojamentos destinados ao arrendamento a custos acessíveis, integrados na malha urbana e evitando a reprodução de guetos; mobilização imediata de edifícios públicos devolutos ou sem utilização para habitação a custos acessíveis, moratória a novos empreendimentos turísticos; a Limitação do Alojamento Local; criação de uma entidade inspectiva para as autarquias locais para a promoção da transparência e o combate à corrupção.

3. MOBILIDADE SUSTENTÁVEL: DESAFIOS E RESPOSTAS

O Bloco de Esquerda reconhece a mobilidade como um direito social, essencial para garantir o acesso equitativo a outros direitos, como educação, saúde e trabalho.

A mobilidade deve ser vista como um pilar essencial para construir territórios inclusivos e sustentáveis, assumindo as autarquias um papel central na promoção de sistemas de transporte público eficientes e acessíveis, que privilegiem modos suaves de transporte, como a mobilidade ciclável e pedonal, que reduzem emissões de carbono. A aposta na mobilidade ecológica, através da expansão de redes de transporte elétrico, da criação de ciclovias seguras e de incentivos ao uso de veículos partilhados, é crucial para enfrentar a crise climática e, simultaneamente, garantir acessibilidade para todas as pessoas.

Com um terço das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) provenientes dos transportes, em Portugal, sobretudo do transporte individual, é a política de mobilidade a maior ferramenta nos territórios para reduzir as emissões. Políticas que retirem automóveis da estrada e incentivem a mobilidade suave e coletiva são centrais, assim como a eletrificação dos transportes públicos, sem cair no erro anticientífico de considerar que combustíveis como o gás “natural” contribuem para o corte de emissões.

A criação de redes eficazes e acessíveis de transportes públicos é imprescindível, garantindo frequência, fiabilidade e acessibilidade e respondendo à urgência da redução do uso do automóvel privado, promovendo políticas de partilha de espaço público mais inclusivas e seguras, como a implementação de ciclovias conectadas, a redução dos limites de velocidade para 30 km/h em áreas urbanas e a pedonalização de zonas centrais. Adicionalmente, medidas como a gratuidade dos transportes públicos para jovens, idosos e desempregados são vitais para reduzir desigualdades.

Nos contextos periurbanos e rurais e/ou com menor densidade populacional, onde a mobilidade pendular é predominante, a falta de transportes públicos adequados penaliza ainda mais as pessoas, agravando a dependência do automóvel. É fundamental criar sistemas de transporte intermunicipal que garantam a conexão entre áreas de baixa densidade e os centros urbanos, facilitando o acesso ao trabalho, à educação, à saúde e aos cuidados.

Para garantir territórios mais justos e sustentáveis, é essencial uma monitorização contínua das necessidades de mobilidade, integrando-a com o planeamento urbanístico, habitacional e ambiental. Garantir que estas medidas são tomadas de forma socialmente justa é, naturalmente, parte do





6 OUTUBRO
COIMBRA

compromisso da esquerda.

4. EXPERIÊNCIAS DE LUTA CONTRA A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: POR UMA VIDA BOA EM TODOS OS TERRITÓRIOS

A ação das autarquias num contexto de profunda crise climática pode ser determinante, tanto pelas medidas que adotam como pelo efeito inspirador e mobilizador para mudanças mais amplas em outras escalas.

Para enfrentar a crise climática, um poder local comprometido deve atuar em dois eixos: mitigação e adaptação, ou seja, a redução das emissões de gases de efeito estufa, visando a neutralidade de carbono, e a adoção de medidas que garantam a qualidade de vida das populações, especialmente as mais vulneráveis, diante de fenómenos climáticos extremos, como ondas de calor, secas e cheias.

Nenhum concelho ou região terá futuro se assentar o seu desenvolvimento na devastação dos recursos naturais. A questão ambiental tem de ser vista como fulcral e determinante para todas as dimensões de intervenção e estrutural para as políticas de desenvolvimento enquanto sustento do presente e sustentabilidade futura.

As autarquias devem tornar os seus edifícios e serviços neutros em carbono até 2030, apostando em energia solar descentralizada em edifícios públicos e habitação camarária. Parcerias com outras entidades públicas e com PME podem ser desenvolvidas para que a energia limpa descentralizada resultante de iniciativas do poder local possa ser fornecida a outros setores da sociedade.

A economia circular também deve ser incentivada, potenciando empresas, cooperativas ou oficinas dedicadas a este setor. Iniciativas de sensibilização e formação, especialmente nas escolas, mas não só, são responsabilidade do poder local.

Com Portugal atrasado ao nível da adaptação, a revisão dos Planos Diretores Municipais (PDM) deve priorizar a adaptação aos fenómenos extremos, considerando cursos de água, riscos de cheias e a subida do nível do mar. No interior e no sul do país, a arborização e a criação de pontos de arrefecimento são medidas urgentes para enfrentar o calor extremo. A edificação de “cidades esponja”, capazes de absorver a pluviosidade extrema, protegendo as pessoas e limitando a perda de água deve igualmente fazer parte das prioridades de projetos ecossocialistas de poder local. E a proteção dos e das trabalhadoras camarárias ou ao serviço das autarquias, sobretudo nos casos em que laboram expostos ao frio, chuva ou calor intensos, deve ser regulamentada em diálogo com as suas organizações representativas.

Por fim, o papel das autarquias estende-se à criação das condições para a participação em lutas locais, muitas vezes negligenciadas, mas de grande importância. Lutas por serviços públicos, mobilidade, contra a poluição ou pela defesa do espaço público são cruciais. A intervenção do Bloco nestas





6 OUTUBRO
COIMBRA

questões, através dos seus eleitos e estruturas locais, fortalece a ação política e permite o enraizamento no território.

Politizar pela esquerda, dar força desinteressada a cada causa, construir alianças, mantendo sempre um horizonte transformador, apostado em soluções que visam a apropriação comum das cidades e do território deve ser a nossa bússola em toda e pequena luta, por mais modesta que seja, nos nossos territórios.

5. A CAMINHO DE UM MANIFESTO AUTÁRQUICO 2025: UM OLHAR TRANSVERSAL SOBRE AS POLÍTICAS LOCAIS E A INTERVENÇÃO AUTÁRQUICA DO BLOCO

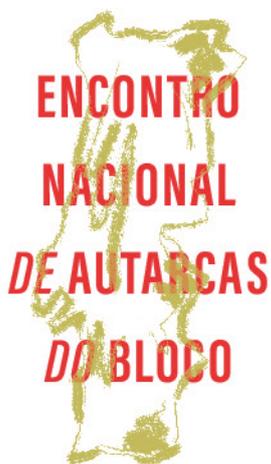
O mandato autárquico iniciado em 2021 teve uma marca, a da transferência de competências para os municípios, que suscitaram oposição por grande parte das autarquias, principalmente em áreas tão sensíveis como a da Educação (que passou a ser exercida pelos 278 municípios do Continente desde 1 de abril de 2022), da Saúde (que em finais de 2023 eram exercidas por 175 municípios) e da Ação Social (cujo prazo para a transferência de competências terminou a 3 de abril de 2023). O processo de transferência de competências é complexo, mas neste momento podemos já afirmar que tendo os municípios poder acrescido em áreas tão centrais, é fundamental que as mobilizações locais em defesa dos serviços públicos ganhem força.

O Bloco pretende resgatar a matriz originária do Poder Local como princípio democrático da génese do texto constitucional que o consagra, como marca indelével da participação coletiva em modo de construção do exercício plural das autarquias, como oposição à instalada política do presidencialismo municipalista

Portugal é um dos países mais centralistas da UE e mesmo da OCDE. Falta-nos um poder intermédio de base regional com visão subnacional que atenua a decalagem entre centralismo e localismo e desenvolva políticas de escala supramunicipal que ultrapasse a visão redutora do município. A realidade da disparidade territorial tem de ter uma resposta e não é com pseudo-descentralização de delegação forçada de competências com superintendência do poder central, que conseguimos atribuir autonomia de intervenção ao poder municipal e/ou regional.

O caminho para a construção do Manifesto Autárquico de 2025 do Bloco de Esquerda exige uma visão transversal e integrada sobre as políticas locais, com um forte compromisso de transformação social. Ao conceder aos municípios maior responsabilidade na gestão direta de questões que afetam a vida das populações, sem a adequada alocação de recursos financeiros e sem a necessária preparação, gerou-se um clima de insatisfação e dificuldades na implementação de serviços públicos de qualidade. As autarquias têm enfrentado desafios imensos, especialmente em áreas onde o investimento público é imprescindível. O Bloco de Esquerda propõe, assim,





**6 OUTUBRO
COIMBRA**

uma intervenção autárquica que envolva as pessoas na tomada de decisão sobre os serviços que lhes são essenciais, através de uma governação participativa, transparente e inclusiva.

Além de Habitação, Mobilidade e Clima, as e os aderentes do Bloco, representantes eleitos ou não, e com as pessoas que conosco procuram desenhar cidades para todas as pessoas, devem contribuir para este debate interno também ao nível da Educação, da Saúde, dos Direitos Sociais, da Cultura, e da própria qualidade da Democracia Local. A intervenção política do Bloco em todos estes domínios não começou agora e tem já mais de duas décadas, mas a conjuntura que vivemos pede aprofundamento e densificação das nossas propostas nestes domínios.

Com as Autárquicas de 2025 no horizonte, o Manifesto Autárquico do Bloco de Esquerda consolidará o nosso compromisso coletivo com a transformação profunda dos territórios, através de políticas locais que promovam a justiça social, a igualdade e a sustentabilidade. É com esta visão transformadora que juntas e juntos enfrentaremos os desafios e construiremos territórios mais justas, democráticas e inclusivas.

